

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.142 - MG (2019/0039271-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ANA CRISTINA KOMEL (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANA CRISTINA KOMEL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.109401-2/000.

Extraí-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante em 26/05/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal (furto majorado). Na audiência de custódia foi concedida a liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Diante do descumprimento das medidas cautelares impostas, foi decretada a prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado (fl. 219):

HABEAS CORPUS - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ANTERIORMENTE IMPOSTAS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, in casu, evidenciada pelo descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas, não há que se falar em constrangimento ilegal.

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis da recorrente.

Salienta que a liberdade provisória é a regra e a prisão é exceção.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator